

Produção científica no campo das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil entre 2003 e 2023

Scientific production in the field of public policies on sports and leisure in Brazil between 2003 and 2023

Producción científica en el ámbito de las políticas públicas para el deporte y el ocio en Brasil entre 2003 y 2023

DOI: 10.55905/oelv23n2-040

Receipt of originals: 1/10/2025

Acceptance for publication: 2/4/2025

Thaurus Vinícius de Oliveira Cavalcanti

Doutorando em Ciências da Saúde

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade de
Pernambuco (PPGCS - UFPE)

Endereço: Recife, Pernambuco, Brasil

E-mail: thaurus.cavalcanti@ufpe.br

Carlos Henrique Dantas Cavalcanti de Almeida

Doutorando em Educação

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de
Pernambuco (PPGEDU - UFPE)

Endereço: Recife, Pernambuco, Brasil

E-mail: carlos.dcalmeida@ufpe.br

Raul Antônio de Lemos Bernardo

Mestrando em Educação Física

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal
de Pernambuco (PPGEF - UFPE)

Endereço: Recife, Pernambuco, Brasil

E-mail: raul.bernardo@ufpe.br

José Henrique Arruda Nascimento

Mestrando em Educação Física

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal
de Pernambuco (PPGEF - UFPE)

Endereço: Recife, Pernambuco, Brasil

E-mail: joshnraq53@gmail.com



Edmilson Santos dos Santos

Doutor em Ciências do Movimento Humano

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Endereço: Brasília, Distrito Federal, Brasil

E-mail: edmilson.santos@univasf.edu.br

Mário Coelho Teixeira

Doutor em Educação em Gestão Esportiva

Instituição: Universidade de Lisboa

Endereço: Largo Colegiais 2, Évora, Portugal

E-mail: mario.teixeira@uevora.pt

Flávio Renato Barros da Guarda

Doutor em Saúde Pública

Instituição: Fundação Oswaldo Cruz

Endereço: Recife, Pernambuco, Brasil

E-mail: flavio.guarda@ufpe.br

Vilde Gomes de Menezes

Doutor em Ciência do Desporto

Instituição: Universidade do Porto

Endereço: Recife, Pernambuco, Brasil

E-mail: vilde.menezes@ufpe.br

RESUMO

Este estudo analisou a produção científica sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL) no Brasil entre 2003 e 2023, utilizando uma abordagem quali-quantitativa e descritivo-analítica. Foram examinados 208 artigos publicados em 39 periódicos, identificados nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde, Lilacs, Medline, SciELO e Portal de Periódicos CAPES, com descriptores como “políticas públicas”, “esporte” e “lazer”. A classificação Qualis variou de C a A1, predominando nos estratos B2 e B4. Os resultados evidenciaram crescimento expressivo nas publicações ao longo do período, refletindo o crescente interesse pela temática. Políticas municipais foram o principal foco dos estudos (42,3%), com destaque para a dimensão policy da policy analysis (73,6%). As dimensões politics e polity foram pouco exploradas, apontando lacunas relacionadas a aspectos institucionais e legislativos. Regionalmente, a produção concentrou-se nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto as Regiões Norte e Nordeste apresentaram baixa representatividade, evidenciando desigualdades nos investimentos em pesquisa. Os achados destacam a relevância das PPEL como ferramentas de inclusão social e desenvolvimento humano, reforçando a necessidade de ampliar estudos sobre especificidades regionais e políticas de estado. As contribuições deste estudo oferecem subsídios para fomentar políticas de incentivo à pesquisa e uma produção acadêmica mais equitativa e diversificada.

Palavras-chave: Esportes, Atividades de Lazer, Política Pública, Indicadores de Produção Científica.

ABSTRACT

This study analyzed the scientific production on Public Policies for Sport and Leisure (PPSL) in Brazil between 2003 and 2023, using a qualitative-quantitative and descriptive-analytical approach. A total of 208 articles published in 39 journals were examined, identified in databases such as the Biblioteca Virtual em Saúde, Lilacs, Medline, SciELO, and the Portal de Periódicos CAPES, using descriptors like “public policies,” “sport,” and “leisure.” The Qualis classification ranged from C to A1, with a predominance in the B2 and B4 strata. The results showed significant growth in publications over the period, reflecting increasing interest in the topic. Municipal policies were the main focus of the studies (42.3%), with emphasis on the policy dimension of policy analysis (73.6%). The dimensions politics and polity were underexplored, revealing gaps related to institutional and legislative aspects. Regionally, production was concentrated in the South, Southeast, and Midwest regions, while the North and Northeast regions were underrepresented, highlighting inequalities in research investment. The findings underscore the relevance of PPSL as tools for social inclusion and human development, emphasizing the need to expand studies on regional specificities and state policies. This study provides insights to foster research incentive policies and promote a more equitable and diversified academic production.

Keywords: Sports, Leisure Activities, Public Policy, Scientific Publication Indicators.

RESUMEN

Este estudio analizó la producción científica sobre Políticas Públicas de Deporte y Actividades Recreativas (PPDAR) en Brasil entre 2003 y 2023, utilizando un enfoque cualitativo-cuantitativo y descriptivo-analítico. Se examinaron 208 artículos publicados en 39 revistas, identificados en bases de datos como la Biblioteca Virtual em Saúde, Lilacs, Medline, SciELO y el Portal de Periódicos CAPES, utilizando descriptores como “políticas públicas”, “deporte” y “ocio”. La clasificación Qualis varió de C a A1, con predominio en los estratos B2 y B4. Los resultados mostraron un crecimiento significativo en las publicaciones a lo largo del período, reflejando el creciente interés por la temática. Las políticas municipales fueron el principal foco de los estudios (42,3%), destacándose la dimensión policy del análisis de políticas (policy analysis) (73,6%). Las dimensiones politics y polity fueron poco exploradas, evidenciando lagunas relacionadas con aspectos institucionales y legislativos. Regionalmente, la producción se concentró en las regiones Sur, Sudeste y Centro-Oeste, mientras que las regiones Norte y Nordeste estuvieron subrepresentadas, destacando desigualdades en la inversión en investigación. Los hallazgos resaltan la relevancia de las PPDAR como herramientas de inclusión social y desarrollo humano, reforzando la necesidad de ampliar estudios sobre especificidades regionales y políticas de estado. Este estudio ofrece insumos para fomentar políticas de incentivo a la investigación y promover una producción académica más equitativa y diversificada.

Palabras clave: Deportes, Actividades Recreativas, Política Pública, Indicadores de Producción Científica.

1 INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o lazer foi reconhecido como direito social (artigo 6.º) e o esporte como direito individual, cabendo ao Estado sua promoção (BRASIL, 1988/2022). Essa consagração como direitos fundamentais impulsionou avanços legais e procedimentais em âmbitos estadual e municipal, culminando na formulação de políticas públicas específicas que consolidaram o esporte e o lazer como ferramentas de desenvolvimento humano, cidadania e inclusão social (Amaral; Ribeiro, Silva, 2014a; Sousa *et al.*, 2016).

Nas últimas décadas, as Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL) ganharam destaque acadêmico no Brasil (Amaral; Ribeiro; Silva, 2014a; Starepravo, 2013). Alavancadas por marcos como a criação do Ministério do Esporte, em 2003, a Rede Cedes¹ e as conferências nacionais do esporte. Eventos de grande porte, como os Jogos Pan-Americanos Rio 2007, a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, fortaleceram as discussões sobre o papel estratégico do esporte e do lazer no desenvolvimento social e nas políticas públicas (Amaral; Ribeiro; Silva, 2014a; Sousa *et al.* 2016).

Embora significativos avanços tenham sido registrados, persistem lacunas na produção acadêmica sobre PPEL, especialmente em abordagens que considerem as duas últimas décadas (Amaral; Ribeiro; Silva, 2014a; Castro *et al.*, 2012; Ignácio; Myskiw, 2020a; Onofre; Colângelo; Lino, 2019; Rojo; Mezzadri; Silva, 2019a; Sousa *et al.*, 2016).

Para abordar as lacunas identificadas, é fundamental compreender as dimensões *policy, politics, policy analysis* e *polity*, essenciais para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no esporte e no lazer. *Policy* refere-se ao conteúdo das políticas – o “o quê” da ação governamental –, abrangendo iniciativas como o Programa

¹ Rede Cedes: Estrutura que fomenta a pesquisa científica e a capacitação técnica em políticas públicas de esporte e lazer, fortalecendo a base acadêmica do setor.

Segundo Tempo² e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)³, além da definição de diretrizes para aplicação de recursos, como os previstos pela Lei de Incentivo ao Esporte⁴. Esse conceito conecta demandas sociais às ações governamentais, permitindo a definição de objetivos claros (Azevedo, 2001).

O termo politics está relacionado aos processos políticos, como disputas por recursos para megaeventos e articulações entre governo, sociedade civil e setor privado. É o espaço onde interesses divergentes se confrontam e consensos são construídos, sendo vital para garantir a legitimidade e viabilidade das políticas (Azevedo, 2001). A expressão policy analysis refere-se ao campo metodológico que avalia a formulação, implementação e impacto das políticas públicas. Essa abordagem, definida por Dunn (2016), é crucial para medir a eficácia de programas como o PELC, especialmente em contextos locais. Por fim, polity aborda a estrutura normativa e institucional que sustenta o sistema político. No Brasil, a criação do Ministério do Esporte exemplifica esse conceito, fornecendo a base organizacional para a gestão esportiva (Azevedo, 2001). Essas dimensões interligadas permitem uma análise mais robusta e integrada das políticas públicas no setor.

Uma revisão abrangente da produção acadêmica sobre PPEL é necessária para identificar as atuais tendências, lacunas e avanços no campo, oferecendo subsídios para aprimorar políticas existentes e orientar o desenvolvimento de novas abordagens. Assim, este estudo propõe descrever e analisar as publicações científicas sobre PPEL nas últimas duas décadas.

2 MÉTODOS

Este estudo analisou a agenda de pesquisa presente na produção científica sobre PPEL no Brasil, entre 2003 e 2023, utilizando uma abordagem quali-quantitativa, de

² Programa Segundo Tempo (PST): Iniciativa voltada para o acesso ao esporte por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, com enfoque na inclusão social e na educação por meio da prática esportiva.

³ Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): Projeto que promove atividades de lazer e esporte comunitário em parcerias com estados e municípios, visando a integração social.

⁴ Lei de Incentivo ao Esporte: Mecanismo legislativo que permite a dedução fiscal para apoiar projetos esportivos, promovendo o financiamento privado no setor.

caráter descritivo-analítico, e levantamento bibliométrico como procedimento técnico. O marco inicial da análise foi estabelecido a partir de políticas implementadas pelo Governo Federal, como a criação do Ministério do Esporte (2003), os programas PST e PELC, iniciativas como a Rede Cedes, a Lei de Incentivo ao Esporte e megaeventos.

A coleta de dados foi realizada entre março e maio de 2024, utilizando as bases Biblioteca Virtual em Saúde, Lilacs, Medline, SciELO e o Portal de Periódicos CAPES. Foram empregados os descritores “políticas públicas”, “esporte” e “lazer”, combinados com o operador booleano “AND”. Como medida adicional de validação, as informações coletadas foram cruzadas com a produção acadêmica dos autores principais, com mais de duas publicações, utilizando a Plataforma Lattes como fonte complementar.

Os critérios de inclusão foram baseados em revisões sistemáticas e bibliométricas (Farias, 2000; Dunn, 2016), contemplando: a) artigos originais com dados empíricos ou análises de políticas públicas de esporte e lazer; b) publicações em periódicos indexados; c) foco em políticas governamentais; d) período de 2003 a 2023; e) relevância temática relacionada às dimensões *policy*, *politics*, *policy analysis* ou *polity*.

Foram excluídos estudos considerando os seguintes critérios: revisões bibliográficas, análises exclusivamente teóricas, estudos sem foco em políticas públicas governamentais, duplicatas e trabalhos que abordaram de forma tangencial o esporte e o lazer, sem análises detalhadas de políticas públicas.

Os dados foram sistematizados em uma planilha estruturada com campos como título, periódico, ano de publicação, autor principal, coautores, objetivo e classificação Qualis (Quadriênio 2017-2020), além das dimensões abordadas entre *policy*, *politics*, *policy analysis* e *polity*.

A classificação Qualis CAPES do Quadriênio 2017-2020 foi selecionada para avaliar a qualidade dos periódicos analisados neste estudo por ser amplamente reconhecida como a principal ferramenta de avaliação da produção científica brasileira, além de amplamente aplicado em áreas como Educação Física e gestão esportiva, considerando critérios como impacto acadêmico, relevância e indexação em bases internacionais.

A escolha do quadriênio 2017-2020 reflete a necessidade de alinhar a análise aos

critérios vigentes durante o período em que a maior parte dos artigos foi publicada, assegurando um contexto adequado. Estudos anteriores reforçam a relevância de utilizar classificações contemporâneas para garantir maior precisão e robustez metodológica (Onofre, Colângelo e Lino, 2019; Rojo, Mezzadri e Silva, 2019b). Além disso, o Qualis desse período incorporou critérios mais refinados, como impacto social e relevância regional, fundamentais para campos com forte vínculo local, como as Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

O uso do Qualis CAPES como referência consolidada em análises bibliométricas é amplamente reconhecido na literatura acadêmica (Amaral, Ribeiro e Silva, 2014b; Ignácio e Myskiw, 2020b), permitindo uma visão atualizada e alinhada às tendências de avaliação científica. Assim, essa escolha contribui para uma análise sólida, identificando lacunas e direcionando esforços para futuras investigações sobre a produção científica em PPEL no Brasil.

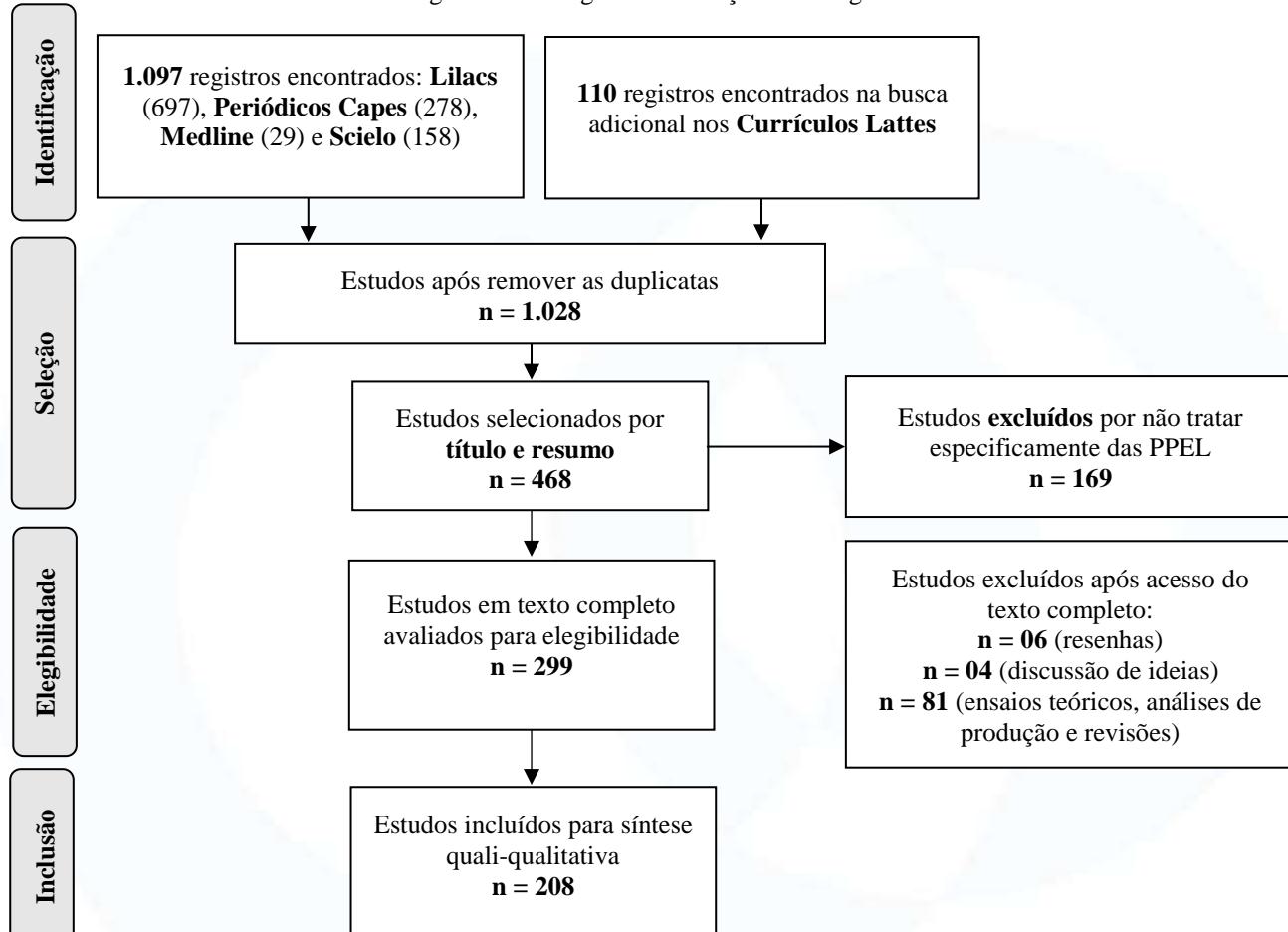
A análise qualitativa foi conduzida com base nos resumos e metodologias descritas nos artigos, permitindo identificar características fundamentais das publicações. Foram examinados os seguintes aspectos: a) o tipo de instituição envolvida – executivo, legislativo ou terceiro setor; b) o nível do ente responsável pela política – União, estados ou municípios; c) a temática abordada – esporte de rendimento, esporte de participação, esporte educacional, esporte/lazer ou uma combinação de duas ou mais temáticas; d) o alcance geográfico – nacional, estadual ou local; e) a abordagem da política – formação da agenda, financiamento, implementação ou avaliação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas 1.097 produções científicas relacionadas às PPEL entre 2003 e 2023, distribuídas nas bases Lilacs (697), Periódicos CAPES (278), Medline (29) e SciELO (158). A busca complementar nos Currículos Lattes dos autores acrescentou 110 estudos. Após excluir 179 registros duplicados e analisar títulos e resumos, 468 trabalhos foram selecionados. Destes, 169 foram eliminados por não tratarem diretamente de PPEL, e 91 foram descartados por não atenderem aos critérios de elegibilidade, resultando em

uma amostra final de 208 artigos (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos artigos.



Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Os artigos analisados foram publicados em 39 periódicos, com destaque para a Revista Licere, responsável por 55 publicações (26,4%). Motrivivência, Movimento e Pensar a Prática somaram 20 artigos cada (9,6%). Juntos, os cinco periódicos mais produtivos concentraram 127 artigos (65%). A classificação Qualis revelou predominância nos estratos B2 (55,1%), B4 (20,5%) e B1 (12,8%), enquanto apenas dois periódicos alcançaram o estrato A1, evidenciando a baixa representatividade de publicações de alta classificação na área de Educação Física.

Esses resultados apontam a concentração da produção científica em poucos periódicos e corroboram achados anteriores (Onofre; Colângelo; Lino, 2019; Rojo;



Mezzadri; Silva, 2019a). A Revista Movimento, classificada como A2, destaca-se pela relevância acadêmica, contrastando com o limitado prestígio de revistas na interface entre ciências humanas e Educação Física. A Tabela 1 resume o número de publicações por periódico e sua classificação Qualis.

Tabela 1 – Classificação Qualis (2017/2020) e distribuição das publicações científicas sobre PPEL entre 2003 e 2023 por periódico (n = 208).

Periódico	Qualis	n	%
LICERE	B2	55	26,4
Motrivivência	B2	20	9,6
Movimento (ESEFID/UFRGS)	A2	20	9,6
Pensar a Prática	B2	20	9,6
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	B1	12	5,8
Revista Brasileira de Ciência e Movimento	B2	10	4,8
Revista Intercontinental de Gestão Desportiva	B4	7	3,4
Journal of Physical Education	B5	5	2,4
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	B1	5	2,4
Caderno de Educação Física e Esporte	B5	4	1,9
PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review	A4	4	1,9
E-Legis	B3	3	1,4
Motriz: Revista de Educação Física	B1	3	1,4
Retos	B4	3	1,4
Revista Brasileira de Estudos do Lazer	B5	3	1,4
Cadernos EBAPE.BR	B1	2	1,0
Coleção Pesquisa em Educação Física	B4	2	1,0
Conexões	B4	2	1,0
Educación Física y Deporte	B2	2	1,0
Lecturas Educacion Física y Deportes (Buenos Aires)	C	2	1,0
Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde	B2	2	1,0
Arquivos em movimento	B4	1	0,5
Corpoconsciência	B2	1	0,5
Educação em Revista	B2	1	0,5
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	B2	2	1,0
International Review for the Sociology of Sport	A1	1	0,5
Managing Sport and Leisure, v. 28, p. 1-19, 2023.	B1	1	0,5
Política & Sociedade	B5	1	0,5
RAE eletrônica	A2	1	0,5
Research, Society and Development	B4	1	0,5
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	B2	1	0,5
Revista de Investigações Constitucionais	A1	1	0,5
Revista Interdisciplinar de Gestão Social	B4	1	0,5
Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte	B3	1	0,5
Revista da ALESDE	B5	3	1,4
Saúde e Meio Ambiente: Revista Interdisciplinar	B4	1	0,5
Saúde e Sociedade	A2	1	0,5
SER Social	A2	1	0,5
Sociedade e Estado	B3	1	0,5

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

O número de publicações cresceu constantemente ao longo do período avaliado, com pico em 2019 (38 estudos). Não foram encontrados trabalhos nos anos de 2003, 2004, 2006 e 2008, conforme apresentado no Gráfico 1.

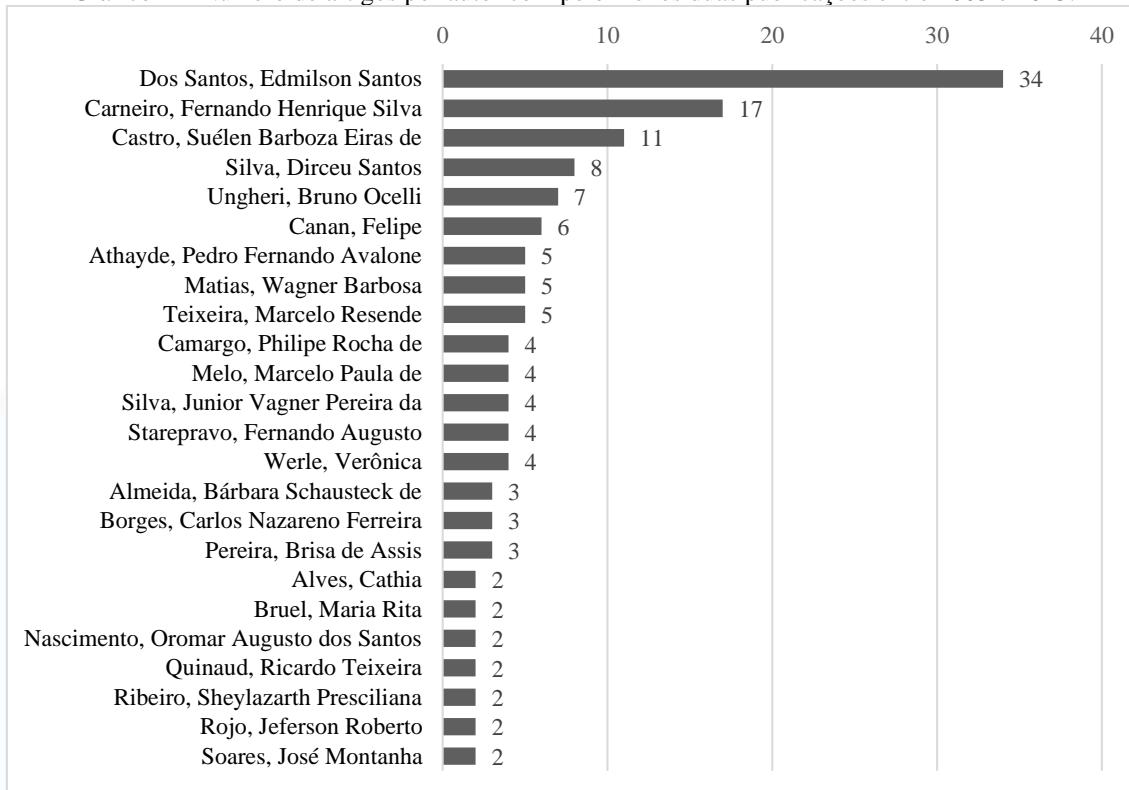
Gráfico 1 – Frequência absoluta e acumulada das publicações científicas sobre PPEL entre os anos 2003 e 2023 (n=208).



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

No campo das PPEL, foram identificados 90 pesquisadores como principais autores das publicações analisadas. Destes, 65 contribuíram com apenas um artigo, 7 publicaram dois, e 3 assinaram três artigos. Os 119 estudos restantes foram concentrados em 14 autores, com destaque para o Dr. Edmilson Santos dos Santos, responsável por 34 publicações (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Número de artigos por autor com pelo menos duas publicações entre 2003 e 2023.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A análise evidenciou um desequilíbrio de gênero significativo. Das 24 pessoas com ao menos duas publicações no período, apenas 7 eram mulheres. A Dra. Suélen Barboza Eiras de Castro foi a autora mais produtiva entre as mulheres, com 11 artigos, seguida pela Dra. Verônica Werle, com 4. Essa disparidade reflete desafios estruturais enfrentados por mulheres em áreas como gestão esportiva e educação física. Estudos apontam que barreiras como desigualdade no acesso a redes acadêmicas, carga desproporcional de trabalho doméstico e preconceitos implícitos nos processos de publicação prejudicam a produtividade feminina (Costa *et al.*, 2021; Farias e Almeida, 2021). No Brasil, a sub-representação feminina em cargos de liderança e programas de pós-graduação em áreas correlatas ao esporte agrava esse cenário (Lopes e Silva, 2019). Apesar das barreiras, iniciativas de equidade de gênero têm promovido avanços graduais, mas ainda há desafios a serem superados para alcançar maior equilíbrio na participação acadêmica entre os gêneros.

Em relação à titulação, 44,4% dos autores principais eram doutores, 35,6% mestres, 16,7% graduados e 3,3% graduandos. A análise revela que 89,9% dos artigos foram assinados por mestres ou doutores, reforçando o papel central dos programas de pós-graduação na área de PPEL no Brasil.

Com relação às instituições de vínculo do primeiro autor, 45 instituições foram responsáveis pelas 208 publicações investigadas. A Universidade Federal do Vale do São Francisco liderou o ranking, com 34 artigos, seguida pela Universidade Federal do Paraná, com 32. As sete instituições mais produtivas concentraram 62,9% do total das publicações, evidenciando que a produção acadêmica sobre PPEL está restrita a poucos centros. As regiões do país onde estão localizadas e o número de artigos publicados aparecem na Tabela 2.

Tabela 2 – Número de artigos publicados quanto às instituições de vínculo do primeiro autor entre os anos de 2003-2023

Instituição	Região	Artigos
Universidade Federal do Vale do São Francisco	Nordeste	34
Universidade Federal do Paraná	Sul	32
Instituto Federal de Goiás	Centro-Oeste	17
Universidade de Brasília	Centro-Oeste	14
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	14
Universidade Federal de Minas Gerais	Sudeste	11
Universidade Estadual de Maringá	Sul	09

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

A análise da distribuição das publicações por região revelou que a Região Sul foi a mais representativa, com 57 artigos, seguida pelas Regiões Centro-Oeste (47), Sudeste (45) e Nordeste (40). A Região Norte apresentou o menor número, com apenas 9 publicações. Além disso, dois estudos foram associados a instituições internacionais, destacando a colaboração global no campo das PPEL.

Na Região Sul, destacaram-se a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) como líderes na produção acadêmica. O Dr. Fernando Augusto Starepravo, da UEM, tem forte atuação em políticas públicas e gestão esportiva, enquanto a Dra. Suélen Barboza Eiras de Castro, da UFPR, lidera pesquisas

fundamentais no campo das PPEL. Esses dados refletem o papel estratégico de grupos de pesquisa consolidados no avanço científico regional.

No Nordeste, a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) ganhou destaque pela expressiva contribuição do Dr. Edmilson Santos dos Santos, que foca na análise de políticas públicas e seus impactos locais. Já no Centro-Oeste, o Instituto Federal de Goiás (IFG) registrou 17 publicações sob a liderança do Dr. Fernando Henrique Silva Carneiro. Na Região Norte, a Universidade Federal do Pará (UFPA) emergiu como a principal instituição produtora, com 5 artigos.

Embora as produções científicas nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste sejam relativamente equilibradas, observa-se, no Nordeste, uma concentração de 85% dos artigos assinados por um único autor. Isso evidencia a necessidade de expandir programas de pesquisa e pós-graduação, como sugerido por Onofre, Colângelo e Lino (2019).

A concentração em poucas instituições reflete a influência de grupos de pesquisa estruturados que, além de produzir conhecimento, formam redes científicas e qualificam recursos humanos. No Nordeste, o Dr. Edmilson Santos dos Santos, da UNIVASF, lidera disciplinas e programas de pós-graduação em políticas públicas, contribuindo significativamente para a área. De forma semelhante, no Sul, o Dr. Fernando Augusto Starepravo e a Dra. Suélen Barboza Eiras de Castro fortalecem a produção acadêmica por meio de programas de mestrado e doutorado em gestão esportiva.

A maior concentração de pesquisas em PPEL nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste pode ser atribuída à presença mais robusta de infraestrutura acadêmica e programas de pós-graduação. Por outro lado, as Regiões Norte e Nordeste enfrentam desafios estruturais, como menor densidade de instituições de ensino superior e recursos limitados, dificultando sua inserção na pesquisa científica, conforme apontado por Amaral, Ribeiro e Silva (2014a).

A produção acadêmica desempenha papel central na formulação de políticas públicas mais eficazes, ao fornecer dados empíricos e evidências que orientam demandas locais e estratégias. Ignácio e Myskiw (2020a) mostram como estudos regionais contribuíram para a reestruturação de programas esportivos em municípios com baixos

índices de engajamento social. Rojo, Mezzadri e Silva (2019a) destacam que a pesquisa acadêmica fortalece o diálogo entre academia e gestores públicos, possibilitando a adaptação de políticas às necessidades de populações vulneráveis.

Nesse contexto, descentralizar a produção científica e fortalecer redes de pesquisa nas Regiões Norte e Nordeste são estratégias cruciais para reduzir desigualdades regionais e ampliar a análise das PPEL. Essas iniciativas promovem uma compreensão mais abrangente dos diferentes contextos socioeconômicos e culturais do Brasil, aumentando a efetividade das políticas públicas e sua fundamentação acadêmica.

A análise da distribuição geográfica das investigações evidenciou uma lacuna significativa de estudos focados nas Regiões Norte e Nordeste (Figura 2).

Figura 2 – Estados e municípios alvo de investigação científica sobre PPEL entre 2003 e 2023.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Estados como Alagoas, Sergipe e Tocantins não foram contemplados nos 208 artigos analisados, seja em relação às capitais ou municípios. Goiânia foi a única capital

excluída dos estudos, enquanto, em Santa Catarina, nenhum município interiorano foi investigado. Por outro lado, Paraná e São Paulo destacaram-se como os estados mais investigados, com 15 estudos cada.

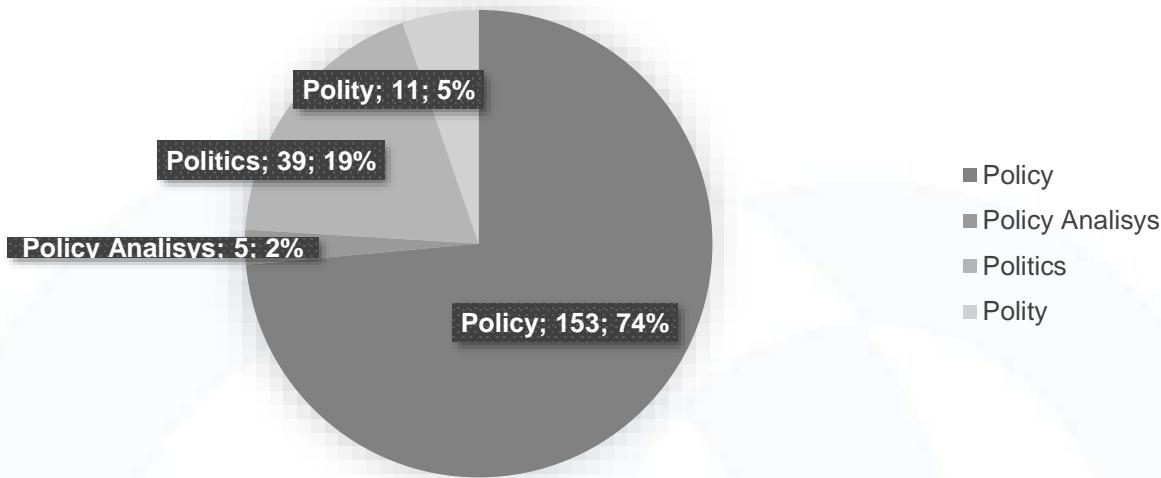
As Regiões Sudeste e Sul concentraram 78 publicações (37,5% do total), enquanto Centro-Oeste, Nordeste e Norte somaram 47 artigos (22,6%). Além disso, 83 estudos (39,9%) abordaram as PPEL em nível nacional, sem enfoque em regiões específicas. Esses dados reforçam a importância de ampliar investigações regionais, promovendo maior representatividade e entendimento das dinâmicas locais nas PPEL.

Dados do Censo Brasileiro (IBGE, 2022) indicam que as Regiões Sudeste e Sul concentram cerca de 46% das instituições de ensino superior, enquanto o Norte possui apenas 7%. Essa disparidade reflete a concentração de cursos relacionados a esportes e lazer, bem como a existência de grupos de pesquisa consolidados nessas regiões, favorecendo uma maior produção científica. Em contrapartida, o Norte e o Nordeste enfrentam desafios estruturais, como menor densidade populacional, dificuldades logísticas e baixos investimentos em pesquisa, o que pode explicar sua sub-representação na literatura.

Embora o interesse por análises nacionais seja evidente, como demonstram os 83 artigos sobre PPEL no âmbito nacional, a escassez de estudos regionais e locais nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste evidencia a necessidade de maior cobertura para uma compreensão mais equitativa das dinâmicas das PPEL no Brasil. Ampliar os incentivos à pesquisa e fortalecer a infraestrutura educacional em áreas menos exploradas são medidas fundamentais para equilibrar o cenário acadêmico e promover uma análise mais representativa em todo o território nacional.

A análise das principais temáticas nos 208 artigos revelou um predomínio da *policy analysis*, presente em 153 estudos. Em seguida, *politics* foi abordada em 39 artigos, enquanto apenas 11 trabalhos trataram da *polity* (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição percentual das temáticas levantadas dentro da *policy analysis* entre 2003 e 2023 (n=208).



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Esses achados corroboram estudos prévios, como os de Onofre, Colângelo e Lino (2019), que identificaram a *polity* como a dimensão menos explorada, enquanto os aspectos relacionados à *policy* concentraram maior interesse acadêmico.

Quanto às esferas da Federação, as políticas municipais receberam maior atenção (42,3%), seguidas pelas federais, enquanto as estaduais foram menos abordadas, como indicado na Tabela 3. Dentro da *policy analysis*, os estudos também priorizaram a dimensão *policy*.

É relevante ressaltar o predomínio dos estudos voltados às PPEL na esfera municipal. Menezes e Pedroso (2011) apontaram a necessidade de investigações que avaliassem políticas públicas de caráter estadual e municipal, dada a carência de estudos nessa perspectiva. Até 2011, apenas 12 estudos voltaram-se à análise de políticas públicas estaduais ou municipais, focando na *policy analysis*.

Tabela 3 – Distribuição dos artigos que analisaram as PPEL de diferentes entes federativos e classificação da *Policy Analysis* entre 2003 e 2023 (n=208).

Ente Federativo	n	%
Federal	78	37,5
<i>Policy</i>	56	26,9
<i>Policy Analisys</i>	3	1,4
<i>Politics</i>	18	8,7
<i>Polity</i>	1	0,5
Estadual	37	17,8
<i>Policy</i>	26	12,5
<i>Politics</i>	7	3,4
<i>Polity</i>	4	1,9
Municipal	88	42,3
<i>Policy</i>	67	32,2
<i>Policy Analisys</i>	2	1,0
<i>Politics</i>	13	6,3
<i>Polity</i>	6	2,9
União, estados e municípios	3	1,4
<i>Policy</i>	2	1,0
<i>Politics</i>	1	0,5
Universitário	2	0,96
<i>Policy</i>	2	0,96

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Contudo, ao longo do período investigado, observou-se um aumento significativo no número de pesquisas voltadas para as PPEL de caráter municipal. Esse movimento sugere um esforço inicial em direção à descentralização das políticas esportivas, favorecendo a autonomia local na implementação e gestão dessas ações. Essa tendência se alinha às observações de Menezes (2020), que enfatiza a necessidade de uma reavaliação das prioridades no contexto das políticas municipais:

Conclui-se que muitos municípios ainda não dão a devida importância ao desporto e muitos gestores(as) só enxergam os benefícios sociais que o desporto pode proporcionar, esquecendo os benefícios físicos e principalmente psicológicos, que não foi referido por nenhum dos gestores(as). Torna-se essencial que os municípios acabem com a visão reducionista do esporte, visto ainda apenas como lazer, e começem a tê-lo como prioridade em suas gestões. (Menezes, 2020, p. 42).

Menezes destaca que a visão limitada do esporte, frequentemente restrita ao lazer, ignora seu potencial para promover a saúde integral, o desenvolvimento pessoal e a formação cidadã. Nesse contexto, políticas municipais que priorizem o esporte de rendimento ou a excelência esportiva, conforme estabelece a Lei Geral do Esporte, podem

gerar avanços significativos. Quando alinhado a estratégias educacionais e sociais, o esporte de rendimento favorece a identificação de talentos locais, estimula a economia esportiva por meio de investimentos em infraestrutura e turismo, contribui para a saúde pública ao incentivar hábitos saudáveis e fortalece a identidade cultural, promovendo o senso de pertencimento nas comunidades. No entanto, tais políticas devem respeitar as diversidades econômicas e culturais dos municípios para garantir sua efetividade e alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (2015), particularmente em saúde, educação e redução de desigualdades.

Para alcançar resultados significativos, é essencial equilibrar as dimensões sociais do esporte: Esporte-educação, vinculado ao ambiente escolar e focado no desenvolvimento social; Esporte-participação, ligado ao lazer e à prática recreativa; e Esporte-performance, caracterizado pelo alto rendimento, conforme proposto por Tubino (2011). Esses conceitos, formalizados pela Lei Pelé (Lei nº 9.615/1998), fundamentaram a política esportiva brasileira até serem substituídos pela Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023), que adota uma abordagem mais integrada e moderna, baseada em níveis esportivos. A nova legislação substitui o modelo de "dimensões sociais" por uma estrutura de níveis: Esporte de Formação, voltado ao desenvolvimento de habilidades iniciais; Esporte de Excelência, direcionado ao alto rendimento e à profissionalização; e Esporte para Toda a Vida, que promove a prática esportiva ao longo de toda a vida para diversos públicos. Diferentemente do modelo anterior, esses níveis são interligados, favorecendo transições entre etapas e destacando o papel estratégico do esporte no desenvolvimento social e econômico. O nível de excelência se sobressai, com ênfase em ciência esportiva, infraestrutura tecnológica e incentivos fiscais, ampliando o escopo de ação da política esportiva.

Essa transição representa um avanço conceitual e jurídico, alinhando a gestão esportiva às demandas contemporâneas e fortalecendo o papel do esporte como ferramenta estratégica para o desenvolvimento humano e social. No entanto, desafios como a implementação das novas diretrizes e a redução das desigualdades regionais permanecem, exigindo investigações futuras para avaliar os impactos dessa estrutura na gestão esportiva no Brasil.

Como o recorte temporal de nosso estudo é anterior à implementação da Lei Geral do Esporte, na Tabela 4 os artigos estão classificados de acordo com as dimensões sociais propostas por Tubino (2011). Uma categoria adicional, denominada "Esporte/lazer", foi criada para incluir estudos que analisaram as políticas de esporte e lazer de forma geral, sem se limitar a uma única dimensão social. Exemplos incluem investigações sobre o financiamento de PPEL em municípios, onde os recursos podem ser destinados a políticas variadas, abrangendo múltiplas dimensões.

Tabela 4 – Frequência absoluta e relativa dos artigos publicados entre 2003 e 2023 quanto à dimensão do esporte avaliada (n=208)

Dimensão social do esporte	n	%
Performance	21	10,1%
Educação	27	13,0%
Participação	60	28,8%
Esporte/lazer	100	48,1%

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Os resultados indicam que a maioria dos estudos se concentrou no esporte-participação, impulsionados pelo elevado número de artigos relacionados ao lazer e por iniciativas como o PELC. Em seguida, aparecem os estudos sobre o esporte-educação, enquanto o esporte-performance recebeu a menor atenção. Apesar da agenda voltada ao alto rendimento esportivo implementada no Brasil desde 2008, especialmente em função de megaeventos esportivos (Amaral; Ribeiro; Silva, 2014a), não houve aumento significativo nas pesquisas sobre o esporte-performance. Da mesma forma, o esporte-educação, essencial para a formação cidadã, foi insuficientemente explorado. Esses achados reforçam a necessidade de ampliar investigações sobre essas dimensões, com destaque ao esporte-performance, que permanece subexplorado.

A análise sobre o poder implementador das PPEL, apresentada na Tabela 5, revelou que 77% dos estudos abordaram políticas propostas e implementadas pelo Poder Executivo, enquanto apenas 8% focaram em PPEL do Poder Legislativo. Outros 20 estudos consideraram as PPEL de forma abrangente, classificando-as como Executivo/Legislativo. Políticas propostas em espaços universitários ou implementadas

pelo Terceiro Setor foram raramente analisadas.

Tabela 5 – Frequência absoluta e relativa de estudos publicados quanto ao poder que implementou à PPEL (n=208).

Poder	n	%
Executivo	151	72,6%
Legislativo	22	10,6%
Executivo/Legislativo	23	11,1%
Terceiro Setor	3	1,4%
Universitário	9	4,3%

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Esse cenário destaca a predominância de investigações centradas em políticas de governo, com atenção limitada às políticas de estado. Para que esporte e lazer sejam efetivamente reconhecidos como direitos sociais, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988/2022), é essencial ampliar as pesquisas sobre políticas de estado, aprofundando o entendimento de sua estrutura e impacto. Isso contribuirá para fortalecer o arcabouço das PPEL no Brasil e promover maior estabilidade e continuidade das políticas públicas na área.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a produção científica sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil entre 2003 e 2023, revelando um crescimento expressivo no número de publicações e o aumento do interesse acadêmico pela temática. Apesar desse avanço, as publicações concentraram-se em um número restrito de periódicos, com quatro revistas respondendo pela maioria dos estudos. O mapeamento das publicações identificou padrões de pesquisa, lacunas temáticas e oportunidades para investigações futuras, fornecendo subsídios relevantes para pesquisadores e gestores.

A integração dos conceitos de *policy*, *politics*, *policy analysis* e *polity* fortaleceu a análise teórica, evidenciando o papel das PPEL na promoção da cidadania, inclusão social e desenvolvimento humano. No entanto, as dimensões *politics* e *polity* receberam pouca atenção, indicando a necessidade de maior aprofundamento em aspectos

institucionais e políticos que moldam as PPEL.

A análise Qualis mostrou que apenas uma revista alcançou o estrato A1 e outra, o A2, com a maioria das publicações concentradas nos estratos B1 a C. Esses dados refletem características estruturais do sistema de avaliação científica, que favorece áreas de maior impacto global, destacando a importância de fortalecer periódicos nacionais que tratam de temas interdisciplinares e regionais.

Regionalmente, a produção científica mostrou maior concentração nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto Norte e Nordeste permanecem sub-representadas, refletindo desigualdades em infraestrutura acadêmica e investimentos em pesquisa. Além disso, o predomínio de estudos voltados às políticas municipais demonstra esforços para preencher lacunas, mas reforça a necessidade de investigar mais profundamente as políticas de estado, que oferecem maior estabilidade e continuidade às ações no campo do esporte e lazer.

Os resultados ressaltam a importância de políticas de incentivo à pesquisa e da ampliação de programas de pós-graduação em regiões menos representadas. Tais iniciativas são essenciais para promover uma produção acadêmica mais diversificada e inclusiva, garantindo o fortalecimento do campo das PPEL no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Silvia Cristina Franco; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; SILVA, Dirceu Santos. Produção científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. **Motrivivência: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer**, v. 26, n. 42, p. 27-40, 2014a.

AMARAL, S. C. F.; RIBEIRO, O. C. F.; SILVA, D. S. Produção científica em políticas públicas: um panorama bibliométrico. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 4, p. 23-32, 2014b.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**: atualizada até a Emenda Constitucional n.º 122 de 2022. Organizada por Guilherme Peña de Moraes. Rio de Janeiro: Editora Foco, 2022.

BRASIL. **Lei n.º 14.597, de 25 de julho de 2023**. Institui a Lei Geral do Esporte e dá outras providências. Brasília, 2023.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de *et al.* O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil 2000-2009. **Pensar a Prática**, v. 15, n. 2, p. 531-545, 15 jun. 2012.

COSTA, M. S.; *et al.* Representatividade de gênero em estudos sobre educação física no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 35, n. 3, p. 405-417, 2021.

DUNN, W. N. **Public policy analysis: an integrated approach**. 6. ed. New York: Routledge, 2016.

FARIAS, G. Políticas públicas no Brasil: conceitos e debates. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 2, p. 23-41, 2000.

FARIAS, M. L.; ALMEIDA, R. M. G. Desigualdades de gênero na produção científica brasileira: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Estudos de Gênero no Esporte**, v. 5, n. 2, p. 145-162, 2021.

IGNÁCIO, Mauro Castro; MYSKIW, Mauro. A participação nas políticas públicas de esporte e lazer: análise de enfoques da produção acadêmica. **Pensar a Prática**, v. 23, 15 out. 2020a.

IGNÁCIO, P. I.; MYSKIW, M. Políticas públicas esportivas no Brasil: análise de produção acadêmica. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, p. 64-80, 2020b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo da Educação Superior 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 jun. 2024.

LOPES, A. P.; SILVA, M. C. Liderança e gênero no ensino superior: análise das disparidades no Brasil. **Educação Física e Sociedade**, v. 8, n. 3, p. 204-221, 2019.

MENEZES, Vilde Gomes de. (org.). **Políticas públicas e gestão no esporte e lazer nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil**. Recife: UFPE, 2020. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/649/664/2045?inline=1>. Acesso em: 14 jun. 2022.

MENEZES, Vilde Gomes de; PEDROSO, Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz. (org.). **Gestão do esporte**: uma introdução. Recife: EDUFPE, 2011.

ONOFRE, Tiago; COLÂNGELO, João Victor Mariano; LINO, Wilson. Balanço bibliométrico da produção científica em políticas públicas de lazer Brasil 2012/2017. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 27, n. 1, p. 164, 11 maio 2019.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ROJO, Jeferson Roberto; MEZZADRI, Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes e. A produção do conhecimento sobre políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil: uma análise dos pesquisadores e instituições. **Podium: Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 8, n. 1, p. 128-139, 2019a.

ROJO, J. L. P.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. P. Políticas públicas de esporte no Brasil: tendências e lacunas na produção científica. **Revista Movimento**, v. 25, n. 2, p. 100-118, 2019b.

SANTOS, R. J.; OLIVEIRA, P. T. Barreiras institucionais para a igualdade de gênero na academia esportiva. **Ciências do Esporte em Debate**, v. 7, n. 1, p. 56-73, 2020.

SOUZA, Diego Petyk *et al.* As produções do periódico “Pensar a Prática” que relacionaram os seus objetos às políticas públicas de esporte e lazer, 1998-2015. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 3, p. 612-626, 2016.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Esporte, política e ciência**: a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Curitiba: Editora CRV, 2013.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.